

## 8

### Considerações... finais?

É impossível pretender ter a palavra final em assunto tão amplo e intrincado; portanto, teceremos alguns comentários e sugestões a partir dos principais dados levantados pelo estudo. A pesquisa colocou em evidência alguns aspectos que merecem ser lembrados:

- As representações de educação de jornalistas e professoras se assemelham, enquanto as de informação parecem mais ligadas aos valores marcantes de cada grupo e à natureza de sua convivência com a informação.
- O núcleo das representações de ambiente é o mesmo, embora haja diferenças no corpo destas. Há uma atitude comum entre os grupos, resultante destas representações. O que nos levou a considerar que os valores e experiências dos entrevistados interagem com as representações, modulando-as.
- Responsabilidade e solidariedade são os valores que unem ambos os grupos. É interessante observar que estes são dois valores fundamentais para uma atitude pró-ativa e produtiva ante as questões ambientais e educacionais, característica encontrada em ambos os grupos estudados. Estudo, curiosidade e criticidade foram valores que apareceram na mesma proporção em cada um dos grupos, demonstrando a necessidade de desenvolvimento da intelectualidade nestas profissões e estilos de vida.
- A relação manifesta de jornalistas e educadoras ambientais com o ambiente é de engajamento. A motivação para isso é a vontade de melhorar o mundo. A forma como se dá é variada, havendo maior dedicação das professoras à contextualização e ao estímulo de valores como cooperação, cuidado, respeito e solidariedade. Por parte dos jornalistas, a preocupação é o esclarecimento, proposto ao estimular o debate na sociedade, denunciar erros e apontar acertos em termos ambientais, a fim de que ela possa melhor gerir o ambiente.

- Os valores mostram-se afinados com a representação de ambiente e educação que cada grupo demonstra, ou seja, ambiente como *lugar de relações e as próprias relações*, para ambos, e o complemento como *coisa pública a ser gerenciada pela sociedade*, para os jornalistas; e educação como processo sistemático, com método, desenvolvido na escola, a fim de formar valores, forjar a cidadania e a participação.
- Ainda existe um entendimento comum de meio ambiente como lugar e uma separação, em diversos graus, entre natureza e sociedade, sendo a categoria ambiente utilizada para agregar ambas e dissimular essa cisão.
- A forma como as representações se estruturam é complexa, havendo grande inter-relação entre as experiências do indivíduo, os valores de seu meio e os valores pessoais. Não podemos afirmar que os valores ou as experiências *causem* as representações. No entanto, interferem. Ajudam a atenuar ou intensificar seus efeitos, contribuem para estabilizá-las ou transformá-las, direcionam as ações originadas por elas. Entre os atores estudados, somente identificamos adequações nas representações, mas não mudanças em seu núcleo.
- As experiências mostraram-se um forte componente do processo de constituição ou revisão de valores e representações. A relação complexa entre esses três fatores merece um estudo mais aprofundado, com maior detalhe. Algumas possibilidades que identificamos foram:
  - a. valores + representações geram determinadas experiências.
  - b. valores levam a experiências que se desdobram em mais experiências, que, por sua vez, levam a confirmar ou negar um valor e a adequar ou manter traços de uma representação. Ou esquematicamente:

<p style="text-align: center;">           valor <math>\Rightarrow</math> experiências <math>\Rightarrow</math> + experiências <math>\longrightarrow</math> confirmar/negar valor  <span style="margin-left: 150px;"><math>\longleftarrow</math></span> <math>\longrightarrow</math> adequar/ manter representação         </p>
--

- c. experiências consolidam valores, que filtram as percepções, as quais levam a novas experiências. Valores, percepções e experiências interagem configurando representações.
- A representação de ambiente mobiliza ações que correspondem a uma busca de sanar aquilo que os sujeitos consideram a causa principal dos problemas ambientais.
  - A percepção é um dos componentes da representação e está sujeita à biologia, à *gestalt*, à cultura.
  - Família, universidade, trabalho, infância em si, mostram-se importantes meios de experiência moral para problematizar a questão do meio ambiente.

Bem, e qual a importância de tudo isso?

As representações, como já discutido, exercem influência constante nas atitudes e decisões das pessoas. Fato que não se modifica em relação à EA. O papel das representações na educação e na ação ambiental é o de conduzir a prática humana, seja profissional ou amadora, em relação ao ambiente. Estudar representações, por exemplo, de “sociedade”, “trabalho” ou “cidadania”, nos permitiriam entender de que modo elas atuam sobre as práticas ambientais. Porém, dado o funcionamento das representações no entendimento de mundo, de antemão, podemos dizer que certamente influenciam estas práticas, em maior ou em menor grau. Em síntese, o ato de representar exerce o papel de gerar o “pano de fundo”, o cenário sobre o qual as ações se desenrolarão.

A proposta de conhecer especificamente as representações acerca de meio ambiente, educação e informação de ecojornalistas e de educadores ambientais reside na possibilidade de aprofundar e ampliar o debate das políticas e práticas relacionadas a estes temas no país, de modo a poderem ser melhor conduzidas pela sociedade organizada e pelo poder público. Recordemos com Moscovici que as representações correspondem, “por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância (...)” (idem, 1978: p.41) Entender a dinâmica que forma essas representações e elas próprias pode ajudar tanto em propostas de Educação Ambiental (e outras políticas ambientais), como na formação preparatória e continuada de profissionais que lidarão com questões

ambientais e suas interfaces, por serem representações muito intimamente ligadas à própria educação ambiental.

Sabendo que esta dinâmica está intimamente relacionada com a interação entre as próprias representações, valores e experiências, enfatizamos a necessidade de maiores estudos a respeito dessa interação e seus resultados.

Considerando a questão ambiental como um campo de problematização moral<sup>1</sup> (Puig, 1998) bastante ativo em nossa época, importa saber de que maneira os valores morais vêm sendo articulados no referido campo. Pudemos verificar que jornalistas e professoras os empregam buscando construir uma sociedade sustentável, plena de sujeitos participativos, que se respeitem entre si e aos demais seres da Terra, valorizem a si próprios e a tudo que existe, buscando conviver da forma mais harmoniosa possível.

Retomando um pouco os conceitos de Puig, vale lembrar que os campos de problematização oferecem experiências morais, cujos dilemas são vividos e enfrentados pelos procedimentos<sup>2</sup> da consciência moral, isto é, instrumentos psicológicos úteis para analisar os problemas morais, planejar vias de otimização da realidade, avaliar as conseqüências de cada opção proposta, decidir da melhor forma possível uma solução e, enfim, pô-la em prática.

Então, perguntamos: a educação ambiental, que como educação se propõe a ser formadora de valores, e, vivendo através da dimensão ambiental, faz isso utilizando o meio ambiente como campo de problematização moral, conhece a natureza dos procedimentos da consciência moral? Sabe trabalhá-los?

A consciência moral é ferramenta de trabalho, não está dada nem vem pronta. Requer esforço e aprender a utilizá-la.

A questão ambiental pede posicionamento, o tempo todo. Este é um exercício a ser realizado desde a infância e é preciso aprender a fazê-lo.

Como sói acontecer na história, o movimento pendular está neste momento em plena ação: antes, só eram vistos os aspectos ecológicos; agora, estes vêm sendo um pouco negligenciados para dar-se maior atenção aos aspectos da

---

<sup>1</sup> Campo de problematização moral, conceito de Puig (1998) já apresentado anteriormente, mas aqui lembrado para conforto do leitor: conjunto de conteúdos e problemas do âmbito da vida do sujeito que se articulam com os valores morais; espaços sociais de reflexão e ação moral nos quais se produz certa quantidade de saber normativo ou guias de valor que norteiam o comportamento.

<sup>2</sup> São eles: Conhecimento (desdobrado em: autoconhecimento e conhecimento dos outros); Pensamento (Juízo moral, Compreensão crítica, Disposições para a comunicação e o diálogo); Sentimento (Capacidades emocionais e de sensibilidade); Atuação (Auto-regulação).

sociedade humana. Hoje, assistimos maior integração dos aspectos sociais, político-econômico-culturais ao discurso ambiental das pessoas. As ações ainda não se mostram bem integradas neste sentido, mas já existem iniciativas e alguns bons resultados. Entretanto, os aspectos estético, psicológico e ético do meio ambiente ainda são pouco vistos. Se de fato nos consideramos parte do ambiente, nossos corpos, emoções, pensamentos, sentimentos e relações também o são. De pouco adiantará pretender trabalhar com EA sem levar em conta o lado intra e interpessoal.

Parece haver uma aproximação progressiva do cerne da questão. Antes, apenas os fatores aparentemente externos à humanidade eram vistos, como o meio físico e os outros seres vivos. Aos poucos foi sendo percebida a relação entre estes fatores e entre eles e nós. Muito tempo depois, passou-se a incluir a sociedade humana nestas relações, mas ainda de longe, como se as relações políticas, econômicas e todas as que classificamos na categoria sociais não principiasses no interior dos indivíduos e grandemente em decorrência dos fatores intrapsíquicos.

Buscar a saúde das relações – consigo, com o outro e com a biosfera – é algo que exige da EA recursos que ela sozinha não dispõe. Para trabalhar os procedimentos da consciência moral é preciso conhecê-los. Daí propormos uma parceria estreita entre a educação moral (tal como proposta por Puig) e a EA. Ou pelo menos a inclusão destes estudos na formação (inicial ou continuada) dos profissionais (educadores e outros) que lidam com a questão ambiental.

Nossa Lei Nacional de EA encarrega a sociedade como um todo de adotar a perspectiva da EA em sua atuação: universidades, mídia, governos, ONGs, empresas, comunidades e outras instâncias. Uma proposta séria de difusão da EA, contudo, precisa contemplar os aspectos citados. A questão ambiental é uma questão ética e ética não é algo externo ao ser humano, que se compra, dá, aluga ou empresta. De modo que é real e urgente a necessidade de entender como se forma o juízo moral.

Essa demanda já é antiga. Temos as propostas de Guattari (1995) e de Pierre Weil<sup>3</sup> com a ecologia mental. Elas apenas não se apresentaram de forma esmiuçada.

---

<sup>3</sup> A referência a Pierre Weil deve-se ao programa de palestras a que assistimos em 1998, ministrado pela UNIPAZ, universidade da qual é reitor emérito.

Complementando o que já foi dito, resta lembrar a importância das experiências no desenvolvimento de valores, conceitos e representações. É então, fundamental proporcionar *experiências* na formação de educadores e jornalistas ambientais para que se apropriem do tema e sejam capazes de propiciar experiências aos alunos e aos consumidores da mídia. Ou teremos marionetes e personagens pouco convincentes e pouco eficazes em seu intento, por mais bem intencionados que sejam. Autoridade moral demanda experiência.

Entre os jornalistas ambientais, isso já foi sinalizado como uma das deficiências da formação. Como falar de mata atlântica ou amazônica sem nunca tê-la visto? E das complexas relações entre índios, madeireiros, traficantes, fazendeiros e governo? Apenas com discursos emprestados e especulações? Certo, é possível. Mas a comunicação terá um colorido mais real e um verdadeiro compromisso se a experiência tiver marcado corpo, coração e mente de quem fala. Até porque – não esqueçamos a percepção – a biologia condiciona nosso olhar para o mundo. Queiramos e gostemos ou não. O chileno Humberto Maturana (2001) e o inglês Gregory Bateson (1980) estão entre os primeiros a discutir seriamente o assunto. Alves (1995) estuda detalhadamente o processo de sensopercepção, mostrando quão oportuna e necessária é esta abordagem.

No campo da comunicação, Barreto (1996 *in* Tavares, 2003) denomina de *estoques estáticos* de informação aos documentos em diversos suportes (vídeos, revistas, livros etc) que veiculem mensagens específicas (estruturas de informação) e Pereira (1998 *in* Tavares, 2003) chama de *estoques dinâmicos* os conhecimentos técnicos de um facilitador, responsável por conduzir uma situação de transferência de informação (ao vivo), como uma oficina ou aula, por exemplo. Adaptando estas idéias ao nosso contexto, podemos dizer que os jornalistas produzem estoques estáticos de informação e que as professoras são elas próprias os estoques dinâmicos, como o seriam um monitor ou comunicador. Assim, na linguagem da comunicação, os estoques dinâmicos (professoras) podem fazer uso dos estoques estáticos na comunicação (vídeos, revistas, programas, CDs etc).

Este mesmo estudioso da comunicação, ressalta que o conhecimento só se realiza

“se a informação é percebida e aceita pelo receptor, de forma a acrescentar novo saber, ou sedimentar saber já estocado, ou ainda modificar saber anteriormente estocado<sup>4</sup>, colocando o indivíduo num estágio melhor de desenvolvimento. Se não houver alteração nas estruturas de conhecimento do receptor, não aconteceu a assimilação da informação (...)”. (in Tavares, 2003: p.39)

Estudos mostrando o impacto da *comunicação* (seja mediada por estoques estáticos ou dinâmicos de informação) nas representações, posicionamentos e valores dos indivíduos quanto ao meio ambiente ainda são necessários.

Nesse sentido, pesquisar o universo dos que são objeto da informação de ecojornalistas e de educadores ambientais reveste-se de suma importância. De que modo nossas professoras e jornalistas estão deixando sua marca nos alunos e usuários da informação? Uma coisa é saber como a produção e seleção das informações e estratégias de veiculação destas são afetadas pelo processo de representar. Outra, é entender como as atitudes destes profissionais, mediadas por suas representações, afetam aqueles a quem dirigem seu trabalho. É ainda Barreto (citado por Tavares, 2003: p.43) quem fala sobre a diferença entre emitir a mensagem e recebê-la:

“na interação do leitor com um texto significados são evocados seja por associações, ligações, combinações, referências do passado e projeções do futuro – a interpretação da informação pelo receptor é livre da intenção do emissor. O compreender é individualizado e se relaciona com as competências específicas do sujeito receptor, do seu contexto informacional, de sua convivência institucional no presente e de sua esperança e perspectiva de futuro.”

Ele destaca a necessidade de não apenas ter acesso à informação, como entender seu significado e estar apto a reelaborá-la em seu proveito e de sua comunidade. E, com isso, voltamos à pertinência de se estudar a percepção e os processos cognitivos.

Em síntese, imprescindível sermos cada vez mais interdisciplinares, verdadeiramente interdisciplinares. A biologia, a ecologia, a filosofia, a economia, a sociologia/antropologia e a psicologia são todas imprescindíveis para que nossa atuação como educadores ambientais, antes de tudo, educadores, seja de fato consistente. Entender o ser humano, intrapsíquica e interpsiquicamente parece ser a chave para melhor compreendermos as relações e seus efeitos.

---

<sup>4</sup> Lembrando que para o autor, os saberes estocados são aqueles já apropriados pelo indivíduo, capazes de serem mobilizados em situações que os ensejem. Esta noção nada tem a ver com a idéia de educação bancária, a qual associa pessoas a depósitos passivos. Pelo contrário, a estocagem (de acordo com os estudos da comunicação) requer participação ativa do sujeito.

A questão ambiental, com sua complexidade, gerou a necessidade de integrar os saberes. Todavia, como diz Leff (2002):

“a ‘retotalização do saber’ exigido pela problemática ambiental não é a soma nem a integração dos conhecimentos disciplinares disponíveis. (...) o saber ambiental problematiza o conhecimento, porém sem desconhecer a especificidade das diferentes ciências historicamente constituídas, ideologicamente legitimadas e socialmente institucionalizadas. (...) O saber ambiental tampouco constitui uma ‘dimensão’ neutra e homogênea para ser assimilada pelos paradigmas atuais de conhecimento. Pelo contrário, o saber ambiental depende do contexto ecológico e sociocultural no qual emerge e se aplica. É um saber que nasce diferenciado, em relação com o objeto e o campo temático de cada ciência, questionando e induzindo uma transformação desigual de seus conceitos e métodos. (...) Nesse processo vai se definindo o ‘ambiental’ de cada ciência centrada em seu objeto de conhecimento, que leva a sua transformação para internalizar o saber ambiental que emerge em seu entorno. São esses corpos transformados de conhecimentos os que se estendem para uma articulação interdisciplinar do saber ambiental.” (idem, p.163)

Tudo isso é transpassado pela questão do poder. Por isso, vale lembrar que a prática da educação ambiental é antes de tudo uma busca pela comunicação efetiva. O que pode ser pensado no sentido proposto por Habermas, do *agir comunicativo*, segundo o qual, numa situação comunicativa os fatos relatados seriam verdadeiros, as normas envolvidas na comunicação, justas, e a expressão dos sentimentos corresponderia ao que se sucede no interior do indivíduo. (Zajdsznajder, 2002) Esta situação ideal, convenhamos, demanda a intenção clara e assumida de buscar entendimento, requer aceitação de si próprio, de suas fragilidades e mesquinhas. Demanda confiança e abertura de todas as partes envolvidas no processo comunicativo. Estas são condições só possíveis mediante um trabalho interior sólido de cada indivíduo consigo mesmo e não há como generalizar este processo por decreto ou exortação. Ele parte do interesse próprio. Contudo, as negociações em torno da vida em comum, como é a questão ambiental, só podem avançar com a ampla adoção deste tipo de iniciativa. Ou estaremos no que Habermas denomina “discurso estratégico”, isto é, dissimulação, manipulação.

Reconhecer essas condições implica, reforçamos, entender mais profundamente a natureza humana, procurar incluir esse conhecimento ao pensar ações e metodologias em EA, o mesmo valendo para o jornalismo ambiental. Sobretudo, demanda coerência do educador ambiental, entre o que é, sente, pensa e faz. Ficamos felizes em perceber que as professoras e jornalistas entrevistados demonstram estar crescendo nesse sentido.

Para auxiliar este árduo trabalho do autoconhecimento, que se refletirá na atuação com o outro, na construção da comunicação ideal, não podemos prescindir dos conhecimentos sobre a formação da consciência moral, principalmente no tocante às ferramentas para a ação moral. Tão importante quanto isso é começar a entender o funcionamento de nossa mente. E nisso, Claxton nos é de grande ajuda, assim como as investigações sobre representações sociais. No mesmo rumo, destacamos a importância da *narrativa*, no sentido benjaminiano, isto é, “faculdade de intercambiar experiências.” Para Benjamin (1985), a natureza da verdadeira narrativa é utilitária:

“(...)essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa forma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem [ou mulher] que sabe dar conselhos.” (Benjamin, 1993: p.198)

Conselhos aqui são entendidos como resultado do processo de viver em grupo. Dar conselho implica abertura para ouvir, acolher o outro, conhecer a história do outro, e é “menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo contada (...)” (idem: p.200 e 201)

O narrador, por sua vez, precisa saber expressar o universo pessoal, tarefa que não prescinde de exercício e confiança. Isso porque a narrativa “é a expressão de um trabalho artesanal que se realiza sobre a matéria-prima da **experiência**.” (Konder, 2002: p.299, destaque nosso) Com isso, nos aproximamos da concepção de comunicação de Jaspers, que pressupõe autenticidade e o reconhecimento amoroso do outro, pois implica aceitação. (Zajdsznajder, 2002)

É importante entender que, historicamente, a narrativa foi sendo substituída por outras formas de se contar, principalmente o romance (na modernidade) e a informação (na pós-modernidade). Benjamin, em *O Narrador*, mostra que o saber vindo de longe (espacial e temporalmente) se tornou secundário. A informação, cuja principal característica é a aspiração a uma *verificação imediata*, empobrece o raciocínio humano ao acompanhar-se sempre de explicações. Assim diz ele:

“Metade da arte da narrativa está em evitar explicações. (...) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é *livre* para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma plenitude que não existe na informação.”(Benjamin, 1985)

A narrativa proporciona espaço para compartilhar a experiência humana e amplitude distendida do pensamento. Longe de nós, entretanto, afirmar que a informação não tem utilidade ou não deva existir na sociedade. Informação é matéria-prima para o exercício crítico, mas o excesso de explicações não deixa espaço para o pensar.

Refletindo sobre maneiras de trabalhar com o senso crítico, destacamos pelo menos estas duas formas:

1. Oferecer informações (matéria-prima a ser analisada).
2. Oferecer histórias. As narrativas, que renunciam a explicações, limitando-se apenas a expor os “fatos”, permitem que o enredo seja absorvido pela pessoa e memorizado. À medida que vive, é incorporado à sua experiência, pois já tem condições de estabelecer relações entre o que ela própria viveu e o que a história (de outro) lhe contou. Os elementos para a compreensão da narrativa não provêm de uma única análise, direta e instantânea. Num primeiro momento, ela trará estranheza, dúvida, inquietação. Por que aconteceu o que aconteceu e da forma como aconteceu? Essa falta de explicação manterá perguntas na mente do sujeito. O relato mais seco e a estranheza permitem que a memória atue com mais firmeza. A história será, então, interpretada de acordo com a imaginação do indivíduo e com as experiências que já tenha metabolizado (“lições aprendidas”, digamos). Com o tempo, surgem do cotidiano novos dados para a interpretação da história, que mesmo adormecida, voltará à mente da pessoa quando suas vivências a levarem para algum ponto de encontro com as questões que mantidas acesas em seu íntimo. Podemos dizer que os efeitos do aprendizado pelas narrativas são de longo prazo e têm um caráter permanente, pois que as mesmas histórias se revestem constantemente de novos significados. Porque nova é a vida a cada momento. A história seria uma espécie de *síntese* da experiência humana, acionando outras formas de pensamento e de relacionamento com o mundo.

A diferença, então, é que a informação oferece dados que podem ser imediatamente incorporados à vida da pessoa, se ela assim o quiser. A narrativa

vai se significando, tornando-se o próprio dado com o tempo, à medida que a pessoa vai amadurecendo com suas experiências.

Tanto uma como a outra podem levar a pessoa a mudar os rumos de sua vida. Escolher novas opções e transformar seus valores. A tendência é que a informação leve à ação. E a narrativa àquela reflexão subliminar que Guy Claxton chama de mente de tartaruga.

As narrativas tratam da condição humana. As informações geralmente preocupam-se em traduzir conhecimentos técnicos, instruções e acontecimentos. São, portanto, modos complementares de aprender. O subjetivo e o objetivo. A analogia e a lógica.

A informação está relacionada com a aprendizagem que usa o pensamento lógico. Guy Claxton (1997) o diz da seguinte maneira: “El pensamiento deliberado – la modalidad d – funciona bien cuando el problema que aborda puede ser fácilmente conceptualizado.”

A narrativa se encaixa melhor em outro tipo de pensamento, requerido “cuando no estamos tan seguros de qué cosas hay que tener en cuenta, o incluso qué preguntas plantear, o cuando la cuestión es tan sutil que no se deja capturar en las categorías habituales del pensamiento consciente (...) Este tercer tipo de inteligencia se asocia a lo que identificamos con la creatividad, o incluso la “sabiduría”. (Claxton, 1997: p17).

Para que as pessoas compreendam a questão ambiental, necessitam de ambos. Tanto novas informações, que mobilizem suas análises, as façam questionarem-se e ao mundo em que vivem, como do pensamento propiciado pela narrativa, que coloca a pessoa em contato consigo mesma e com o que é humano, a experiência coletiva armazenada e ali sintetizada.

A abordagem meramente informativa, técnica, já provou ser insuficiente. A informação tem seu lugar, só não pode ser colocada no lugar de outros fatores também importantes no processo de educação. Aliado à informação, é imprescindível demandar do sujeito que conheça e repense seus valores, o que só pode ser feito proporcionando oportunidades para que ele entre em contato consigo mesmo de forma mais profunda.

No tocante à questão ambiental, é essencial que o(a) professor(a) se torne capaz de criar espaços de narrativa. E o jornalista? Apesar de trabalhar com a informação e não com a narrativa, pensamos ser possível que o jornalista

ambiental construa seu texto com o tom da narrativa, já que a questão ambiental é a própria questão humana, muito mais que acontecimentos de um suposto mundo natural. Muito mais que as notícias sobre destruições e recuperações, descobertas e políticas, faz-se necessário produzir textos (escritos, falados, filmados etc) que instiguem a reflexão. Textos inscritos na experiência coletiva, da qual o jornalista participa como pessoa e, se se dispuser a se envolver, pode partilhar, ainda que indiretamente, mediado pelos veículos.

Mesmo sendo uma condição intermediária entre a possibilidade dos professores e a atuação de seus colegas jornalistas convencionais, esta proposta representa uma grande mudança na abordagem da questão ambiental na mídia, contribuindo para formar cidadãos e transformar as relações dos humanos com o restante do planeta. De modo que sejamos capazes de construir uma nova narrativa para a vida.

Como se vê, tarefas nada simples. Daí nossa insistência em nos gabaritarmos para elas e fugirmos ao padrão teórico de existir, isto é, aquele que sabe discursar mas que pouco aplica em sua vida.

Jornalistas e educadores ambientais que realmente passem a considerar em sua prática profissional e em sua vida pessoal, indissociavelmente, as contribuições das diferentes áreas, ampliando sua visão de mundo, entendendo melhor a natureza humana, do planeta e, sobretudo, a sua própria (por onde tudo principia), serão mais úteis ao mundo e à vida, qualquer que seja ela.